

Alexandre Bitencourt

Como a mídia-educação e a inovação curricular
podem transformar a escola pública

LANÇAMENTOS



**A FESTA SURPRESA DA
CHAPEUZINHO VERMELHO**
de Cleia Teixeira

INTERVALO POÉTICO
de J. Wilton



Coordenaram esta edição: Manuel Francisco Neto / Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco / Vilma Maria da Silva

<https://primeiraevolucao.com.br>



<https://doi.org/10.52078/g2yjn63>

Editor Responsável: Antônio Raimundo Pereira Medrado
Editor correspondente (ANGOLA): Manuel Francisco Neto

Bibliotecária:
Patrícia Martins da Silva Rede

Coordenação editorial:
Ana Paula de Lima
Andreia Fernandes de Souza
Isac dos Santos Pereira
José Wilton dos Santos
Patrícia Martins da Silva Rede
Vilma Maria da Silva

Jornalista:
Luciana Cardoso de Souza

Colunistas:
Prof. Dr. Adefilson Batista Lins
Profa. Bianca de Assis Pirahy
Prof. Dr. Isac Chateaufort
Jornalista João Domingos Terin (William Terin)
Profa. Ma. Cleia Teixeira da Silva
Prof. Me. José Wilton dos Santos
Profa. Esp. Mirella Clerici Loayza

Coordenação editorial (Angola):
Manuel Francisco Neto
Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco

Web-edição:
T.I. Lee Anthony Medrado

Assessoria Jurídica
Júlio César dos Santos
OAB/SP 344263

Com. de Avaliação e Leitura:
Prof. Dr. Adefilson Batista Lins
Prof. Dr. Alexandre Passos Bitencourt
Profa. Esp. Ana Paula de Lima
Profa. Dra. Andreia Fernandes de Souza
Profa. Bianca de Assis Pirahy
Profa. Dra. Denise Mak
Prof. Me. Edson da Conceição Graça (Angola)
Prof. Me. Isac dos Santos Pereira
Prof. Dr. Manuel Francisco Neto (Angola)
Profa. Ma. Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco (Angola)
Profa. Esp. Mirella Clerici Loayza
Prof. Me. Tavares dos Santos Muhongo (Angola)
Profa. Dra. Thaís Thomaz Bovo
Prof. Me. Wilder Dala Quinango (Angola)

Contatos
Tel. 55(11) 99543-5703
Whatsapp: 55(11) 99543-5703
primeiraevolucao@gmail.com (S. Paulo)
netomanuelfrancisco@gmail.com (Luanda)
<https://primeiraevolucao.com.br>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Revista Primeira Evolução [recurso eletrônico] / [Editor] Antonio Raimundo Pereira Medrado. – ano 7, n. 66 (ago. 2026). – São Paulo : Edições Livro Alternativo, 2026. 360 p. : il. color

Bibliografia
Publicação contínua desde 2020.
Bimestral
e-ISSN 2675-2573
Disponível apenas online.
Modo de acesso: <https://primeiraevolucao.com.br>
DOI: <https://doi.org/10.52078/g2yjn63>

1. Educação – Periódicos. 2. Pedagogia – Periódicos. I. Medrado, Antonio Raimundo Pereira, editor. II. Título.

CDD 22. ed. 370.5

Patrícia Martins da Silva Rede – Bibliotecária – CRB-8/5877

Em parceria com:



São Paulo | 2026

Publicada no Brasil por:

Livro Alternativo
www.livroalternativo.com.br

CNPJ: 28.657. 494/0001-09

05 EDITORIAL

Antonio R P Medrado

08 O pertencimento também se constrói à mesa: quando a alimentação escolar encontra os Direitos Humanos

Mirella Clerici

10 Ciência, Tecnologia & Sociedade

Adeilson Batista Lins

12 POIESIS

J. Wilton

14 Alexandre Bitencourt: como a mídia-educação e a inovação curricular podem transformar a escola pública

Luciana Cardoso de Souza



ARTIGOS

1. ESTÍMULO DA PRÓ-SOCIABILIDADE NO AMBIENTE ESCOLAR: COMPETÊNCIAS SOCIOEMOCIONAIS, CONVIVÊNCIA E DESAFIOS NO COLÉGIO COMANDANTE BULA-PROVÍNCIA DO HUAMBO-ANGOLA	23
Alberto Praia Tchinhama	
2. A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM COMO INSTRUMENTO DE PROMOÇÃO DA QUALIDADE DE ENSINO NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR EM ANGOLA	29
António dos Reis Fançony /Calunda dos Santos Jorge /Sabalo João Luanda	
3. O ESTUDO DA DISTÂNCIA ENTRE DOIS PONTOS NO PLANO CARTESIANO: UM ESTUDO APLICADO AO ENSINO DA GEOMETRIA ANALÍTICA NA 10.ª CLASSE	35
Armando Kangolo Basílio /Denilson Genito Moisés dos Anjos /Ngombo Rodrigues Lucau	
4. CIBERSEGURANÇA, GUERRA CIBERNÉTICA E DINÂMICAS MIGRATÓRIAS: A NOVA DIMENSÃO DOS CONFLITOS E OS DESAFIOS PARA OS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA E DEFESA	44
Augusto Hudson Simeão	
5. DOCUMENTAÇÃO PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: ENTRE A AVALIAÇÃO FORMATIVA E A CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS SOBRE A INFÂNCIA	53
Carina Fardim Soares	
6. O DIREITO FUNDAMENTAL À EDUCAÇÃO NO ORDENAMENTO JURÍDICO ANGOLANO E A REALIDADE EDUCATIVA: HÁ, NA PRÁTICA, CONDIÇÕES SUFICIENTES DE ASSEGURAMENTO DESTES DIREITOS?	61
Chiquito Afonso Fernando Domingos /Gouveia de Oliveira Ngunza da Silva	
7. ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS PARA O AVANÇO DA ESCRITA DO ALUNO PRÉ-SILÁBICO: CONTRIBUIÇÕES DA CONSCIÊNCIA FONOLÓGICA E DO LETRAMENTO	72
Cirlene Alves de Oliveira	
8. RECONHECIMENTO DE ANGOLA AO GOVERNO DE TRANSIÇÃO DE BURKINA FASO: ANÁLISE SOBRE AS MENSAGENS DO PRESIDENTE JOÃO LOURENÇO AO IBRAHIM TRAORÉ	80
Daniel Cordeiro	
9. PREPARAÇÃO PSICOLÓGICA COMO REFORÇO POSITIVO NA RECUPERAÇÃO DE PACIENTE	85
Edgar Francisco da Silva Gonçalves	
10. ESPAÇOS EXTERNOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: MARCOS NORMATIVOS, QUALIDADE E CONTRIBUIÇÕES DE PESQUISAS SOBRE AS PRÁTICAS INSTITUCIONAIS	90
Elaine Santos do Nascimento	
11. O PSICÓLOGO COMO SOLUCIONADOR DE PROBLEMAS E MITIGADOR DE DANOS:DUAS FUNÇÕES ESSENCIAIS NA PRÁTICA CLÍNICA CONTEMPORÂNEA	97
Esmael Joaquim Machado	
12. POLÍTICA EDUCATIVA EM ANGOLA E A GARANTIA DO DIREITO NA EDUCAÇÃO	100
Faustino Moma Tchippesse	
13. A APRENDIZAGEM DO FUTSAL ESCOLAR COM JOGOS ESPORTIVOS COLETIVOS NA DEFICIÊNCIA INTELECTUAL	106
Fernando Leite Miranda	
14. A ALTERIDADE NO PROCESSO DE SUBJETIVAÇÃO DO SER	113
Gersiane Alves Pavão	
15. A INDISCIPLINA NA ESCOLA: NOTAS DE UM ESTUDO REALIZADO NA ESCOLA NGUENDELAMBA VIN-105	119
Guilherme Mateus Moma	
16. EFICÁCIA REGULATÓRIA DO KWENDA: UMA PERSPECTIVA DA ANÁLISE ECONÓMICA DO DIREITO	126
Gustavo Bruno Wandaqueia António	
17. A TEORIA DOS DOIS FACTORES DE HERZBERG NO COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL: UMA ANÁLISE SOBRE MOTIVAÇÃO E SATISFAÇÃO DOS COLABORADORES	135
Irma Cristina de Moraes Chinhema	
18. ENSINO COLABORATIVO NAS SALAS DE ENSINO FUNDAMENTAL II DA REDE MUNICIPAL DE SÃO PAULO À LUZ DO DESENHO UNIVERSAL PARA A APRENDIZAGEM (DUA)	142
Jeam Rodrigo de Oliveira	
19. DO ANALFABETISMO À AUTONOMIA FEMININA: IMPACTO DO PROJECTO OKUTANGA NA VIDA DAS MULHERES ZUNGUEIRAS	151
João Eduardo Quinseque /Mário Jamba Artur /Daniel Marculino Muenho /Eugénio Chicapa /Lília Stevens de la Cruz	
20. RECOMPOSIÇÃO DAS APRENDIZAGENS NO ENSINO FUNDAMENTAL: O PAPEL DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA NA ARTICULAÇÃO ENTRE AVALIAÇÃO, FORMAÇÃO E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS	161
Joice Pereira Marques	
21. A GESTÃO ESCOLAR E O PAPEL DO COORDENADOR PEDAGÓGICO: PERCEPÇÕES DOCENTES SOBRE PARTICIPAÇÃO, LIDERANÇA E TRABALHO PEDAGÓGICO	170
Katia Aparecida de Sousa Lima	
22. PRECONCEITO LINGÜÍSTICO E REGIONALISMO: A VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE LINGÜÍSTICA BRASILEIRA	178
Luciana Cardoso de Souza	
23. ENVELHECIMENTO COMO PROBLEMA E COMO OPORTUNIDADE	181
Luís Venâncio /Elizabeth Hama Francisco	

24. A LEITURA LITERÁRIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: EXPERIÊNCIAS E MEDIAÇÕES NO DESENVOLVIMENTO DAS CRIANÇAS	188
Lusilene da Rocha Alves	
25. ENTRE O PRESCRITIVO E O NARRATIVO: A NATUREZA HÍBRIDA DO CURRÍCULO DA CIDADE DE SÃO PAULO E OS ESTUDOS DE GÊNERO E DA SEXUALIDADE]	198
Marcelo Cunha	
26. EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO CURRÍCULO DA CIDADE DE SÃO PAULO: PRINCÍPIOS, DIREITOS DE APRENDIZAGEM E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS	215
Maria Angela Ferreira Oliveira	
27. PROGRAMA DE GARANTIA DA QUALIDADE ACADÊMICA NO INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DO BITA	218
Maria Canga Álvaro	
28. EDUCAÇÃO INTEGRAL NA REDE MUNICIPAL DE SÃO PAULO: DA CIDADE EDUCADORA AO PROGRAMA SÃO PAULO INTEGRAL	224
Maria Elena dos Santos Silva	
29. A ROTINA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: ENTRE A ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA E AS NECESSIDADES DA CRIANÇA	227
Maria Madalena Sampaio Silva	
30. DIAGNÓSTICO PRÉ-HOSPITALAR DO ACIDENTE VASCULAR CEREBRAL: PERCEPÇÃO DE ENFERMAGEM SOBRE O USO DA ESCALA DE CINCINNATI	237
Mário Adelino Miranda Guedes	
31. A PERTENÇA ALÉM DA MATRÍCULA: EXPERIÊNCIAS DE ACOLHIMENTO LINGÜÍSTICO, CULTURAL E ALIMENTAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL COMO PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS	242
Mirella Clerici	
32. A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL NA INFÂNCIA: PEDAGOGIA DA ANCESTRALIDADE E LITERATURA COMO FERRAMENTA DE RESISTÊNCIA	255
Nayane Brito Veras Godinho Hermisdorf	
33. A HISTÓRIA DA MATEMÁTICA NA ANTIGUIDADE: CONTRIBUTOS PARA A APRENDIZAGEM DOS ESTUDANTES DO 1 ANO DO CURSO DE ENSINO DA MATEMÁTICA	267
Ngombo Rodrigo Lucau /Denilson Genito Moisés dos Anjos	
34. ESTUDO DE CASO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DO DANDE, BENGO NO PERÍODO DE 2023 - 2025	275
Panzo Manuel Bunga	
35. O USO DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR: UMA ADEQUAÇÃO A NOVA TENDÊNCIA PEDAGÓGICA, CASO DO INSTITUTO SUPERIOR LUSÍADA DO HUAMBO-ANGOLA	281
Pedro Isaac /Walter Albino António Sassoma	
36. PROGRAMA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NO PERÍODO PANDÊMICO	286
Rafaela Gois Zirpolo	
37. O BRINCAR E AS INTERAÇÕES NA EDUCAÇÃO INFANTIL: FUNDAMENTOS PEDAGÓGICOS PARA A ORGANIZAÇÃO DE ESPAÇOS, TEMPOS E EXPERIÊNCIAS	291
Roseli Brito Tenório Ramos	
38. A FORMAÇÃO DOCENTE NA ERA DA EDUCAÇÃO DIGITAL: SABERES, CIDADANIA E DESAFIOS EMERGENTES	300
Suellen Vidal Araújo da Silva	
39. O BRINCAR COMO FERRAMENTA DO DESENVOLVIMENTO COGNITIVO E MOTOR NA INFÂNCIA	307
Talita Torraca Vieira da Silva	
40. FACTORES DE RISCOS ASSOCIADOS À INSUFICIÊNCIA RENAL CRÓNICA EM PACIENTES ATENDIDOS NO CENTRO DE HEMODIÁLISE DO HOSPITAL DO PRENDA NO PERÍODO DE JUNHO A JULHO DE 2025	310
Tamara Garcia Calixto /Belkis Tomilson Garcia /Tomas Miriam Tabares	
41. SAÚDE E EDUCAÇÃO: INTERSETORIALIDADE ENTRE SUS E ESCOLA NA PROMOÇÃO DO CUIDADO NA EDUCAÇÃO INFANTIL	317
Tatiana Miranda Lima	
42. FATORES ASSOCIADOS AO ABANDONO ESCOLAR DOS ALUNOS DO I CICLO NA COMUNA DE CAITOU, MUNICÍPIO DA BIBALA PROVÍNCIA DO NAMIBE	325
Teresa Francisca Nkhulwavo /Domingos Tchinhama Mangundu /Betsabé Pompa Abreu	
43. EDUCAÇÃO INFANTIL COMO TERRITÓRIO DE DIREITOS: EXPERIÊNCIAS, QUALIDADE E INTENCIONALIDADE PEDAGÓGICA	331
Valquiria Souza Cardoso	
44. DIÁLOGOS E SABERES BIOCULTURAIS E O SEU PAPEL ESTRUTURANTE NA EDUCAÇÃO PARA A BIODIVERSIDADE ENTRE COMUNIDADES KHOISAN DE ANGOLA E POVOS INDÍGENAS DO BRASIL	338
Valter Joaquim Vidal	
45. CONSUMO EXCESSIVO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS NA ADOLESCÊNCIA: PERSPECTIVAS SOCIOLÓGICAS PARA INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA EM ANGOLA	344
Vidal António Machado	
46. A SITUAÇÃO SOCIOECONÓMICA DAS FAMÍLIAS MONOPARENTAIS: CASO DO MUNICÍPIO DO CHINJENJE-PROVÍNCIA DO HUAMBO	350
Walter Albino António Sassoma	

**ESTA REVISTA É MANTIDA E FINANCIADA POR PROFESSORAS E PROFESSORES.
SUA DISTRIBUIÇÃO É, E SEMPRE SERÁ, LIVRE E GRATUITA.**

A **REVISTA PRIMEIRA EVOLUÇÃO** é um projeto editorial idealizado pela **Edições Livro Alternativo** com o objetivo de **empoderar e inspirar educadores** na jornada de compartilhar suas pesquisas, estudos, experiências e relatos de vivências.

UM CORPO EDITORIAL DE EXCELÊNCIA:

Nossa equipe conta com especialistas, mestres e doutores(as), todos com vasta experiência na rede pública de ensino, além de profissionais experientes nas áreas do livro e da tecnologia da informação. Essa expertise garante a qualidade e o rigor científico das publicações da revista.

INDEPENDÊNCIA E AUTONOMIA:

Um dos nossos diferenciais é a total independência, viabilizada pelo **financiamento colaborativo de professores e professoras**. Essa autonomia nos permite defender a liberdade de expressão e a diversidade de ideias, priorizando a qualidade dos conteúdos e o impacto positivo na educação.

PROPÓSITOS QUE IMPULSIONAM A TRANSFORMAÇÃO:

- **Promover o debate** crítico e reflexivo sobre os diversos aspectos da educação, com base nas vivências, pesquisas, estudos e experiências dos profissionais da área;
- **Proporcionar a publicação** de livros, artigos e ensaios que contribuam para o aprimoramento da educação e o desenvolvimento profissional dos educadores;
- **Apoiar a publicação** de obras de autores independentes, democratizando o acesso à informação e promovendo a diversidade de vozes;
- **Incentivar o uso de softwares livres** na produção de materiais didáticos e na difusão do conhecimento, promovendo a inclusão digital e a redução de custos;
- **Fomentar a produção de livros** por professores e autores independentes, reconhecendo e valorizando a experiência e o saber dos profissionais da educação;

PRINCÍPIOS QUE GUIAM A NOSSA ATUAÇÃO:

- **Priorizar trabalhos voltados para a educação**, cultura e produções independentes, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e democrática;
- **Utilizar exclusivamente softwares livres** na produção de livros, revistas e materiais de divulgação, promovendo a transparência, a colaboração e a acessibilidade;
- **Incentivar a produção de obras coletivas** por profissionais da educação, fomentando a colaboração e o compartilhamento de conhecimentos;
- **Publicar e divulgar livros de professores** e autores independentes, valorizando a diversidade de vozes e perspectivas na educação;
- **Respeitar a liberdade e autonomia** dos autores, garantindo a originalidade e a autenticidade das obras publicadas;
- **Combater o despotismo, o preconceito e a superstição**, defendendo os valores da democracia, da tolerância e do respeito à diversidade;
- **Promover a diversidade e a inclusão**, valorizando as diferentes culturas, identidades e experiências presentes na comunidade educacional.

A **REVISTA PRIMEIRA EVOLUÇÃO** é um movimento pela transformação da educação, um espaço para a colaboração, o aprendizado e a inovação.

Junte-se a nós e faça parte da construção de um futuro mais promissor para a educação!

INSTITUIÇÕES PARCEIRAS



Indexadores:



Filiada à:



Produzida exclusivamente com utilização de softwares livres





ENTRE O PRESCRITIVO E O NARRATIVO: A NATUREZA HÍBRIDA DO CURRÍCULO DA CIDADE DE SÃO PAULO E OS ESTUDOS DE GÊNERO E DA SEXUALIDADE

Marcelo Cunha¹

RESUMO: Este estudo investiga se o documento disponibilizado para consulta pública, Currículo da Cidade de São Paulo: Ciências Naturais (2026) possibilita uma abordagem de currículo narrativo ou se restringe o ensino ao campo prescritivo, focando no tratamento das temáticas de gênero, sexo e sexualidade. Fundamentada na Análise de Conteúdo de Bardin (2016) e no aporte teórico de autores como Goodson, Foucault e Louro, esta pesquisa documental e qualitativa mapeou a recorrência e os núcleos de sentido de termos-chave no documento oficial. Os resultados revelam uma estrutura de natureza híbrida: embora o texto resguarde a função regulatória e disciplinar do ordenamento estatal, manifesta porosidade democrática ao incorporar os princípios de equidade e inclusão. Constatou-se a valorização das vivências e a superação do tradicionalismo puramente biologizante no ensino de ciências, promovendo o gênero como categoria analítica essencial para a alteridade. Paralelamente, identificou-se o silenciamento sintomático da expressão "educação sexual", sugerindo prováveis readequações discursivas frente a pressões ultraconservadoras ou sutis tecnologias de biopoder. Conclui-se que o documento abre margem para a horizontalização da comunicação e o desenvolvimento curricular transdisciplinar, desde que o trabalho pedagógico compreenda a escuta empática e fala protagonista dos estudantes, configurando-se como um território de disputas simbólicas e de produção de subjetividades plurais.

Palavras-Chave: Currículo Narrativo, Educação Sexual, Gênero e Diversidade, Políticas Curriculares.

INTRODUÇÃO

A discussão contemporânea sobre currículo tem evidenciado a necessidade de superação de modelos prescritivos e homogêneos de ensino, especialmente em contextos marcados pela diversidade cultural, social e subjetiva. Nesse cenário, o currículo narrativo emerge como uma abordagem que valoriza as experiências, histórias de vida e vozes dos sujeitos envolvidos no processo educativo, reconhecendo-os como protagonistas na construção do conhecimento.

De acordo com Ivor Goodson (2007), a crítica ao currículo tradicional está diretamente relacionada à sua incapacidade de dialogar com um mundo em

constante transformação. Nesse sentido, o autor propõe uma mudança paradigmática que desloca o foco da prescrição para a narrativa, conforme expresso na citação a seguir:

A mudança de currículo que estamos analisando é a passagem de uma aprendizagem primária e de um currículo prescritivo para uma aprendizagem terciária e um currículo narrativo. Tal mudança se acelerará rapidamente, à medida que ocorra a mudança para uma organização econômica flexível. A inércia contextual de um currículo prescritivo, baseado em conteúdo, não resistirá às rápidas transformações da nova ordem do mundo globalizado. (GOODSON, 2007, p. 251).

¹ Mestre em Ensino e História da Ciência pela Universidade Federal do ABC, UFABC. Graduado em Licenciatura Plena em Ciências e Química pela Faculdade de São Bernardo do Campo, FASB, e em Pedagogia pela Universidade Cruzeiro do Sul, UNICSUL. Interlocutor dos Programas de Prevenção na Diretoria Regional de Ensino de São Mateus, DRE-SM. Professor de Ensino Fundamental II e Ensino Médio na Prefeitura Municipal de São Paulo, SME, PMSP.

A partir dessa perspectiva, o currículo narrativo pode ser compreendido como uma proposta que rompe com a lógica linear e conteudista, incorporando as narrativas dos estudantes, professores e demais atores escolares como elementos centrais do processo educativo. Tal abordagem permite que o conhecimento seja construído de forma situada, levando em consideração os contextos socioculturais e as experiências individuais dos sujeitos.

No campo da educação sobre o corpo, a identidade e a sexualidade, o currículo narrativo assume papel ainda mais relevante. Isso porque esses temas envolvem dimensões subjetivas, afetivas e sociais que não podem ser adequadamente abordadas por meio de conteúdos rígidos e descontextualizados. Ao abrir espaço para as falas dos estudantes, o currículo narrativo possibilita o reconhecimento das múltiplas identidades, promovendo o respeito à diversidade e o desenvolvimento de uma consciência crítica sobre si e sobre o outro.

Do ponto de vista prático, a operacionalização do currículo narrativo em uma aula sobre sexualidade pode ocorrer por meio de estratégias pedagógicas que priorizem a escuta, o diálogo e a construção coletiva do conhecimento. Inicialmente, o professor pode propor uma atividade disparadora, como a leitura de um relato, uma situação-problema ou mesmo a exibição de um material audiovisual que aborde questões relacionadas ao corpo, à identidade ou às relações afetivas. Em seguida, os estudantes são convidados a compartilhar percepções, experiências e dúvidas, em um ambiente pautado pelo respeito e pela ética.

Nesse processo, o docente atua como mediador, organizando as falas e articulando-as com conhecimentos científicos, como aspectos biológicos da sexualidade, prevenção de infecções, direitos reprodutivos e diversidade de identidades de gênero e orientações afetivo-sexuais. A narrativa dos estudantes, portanto, não substitui o conhecimento científico, mas o complementa e o ressignifica, tornando-o mais próximo da realidade vivida.

Outra possibilidade consiste na produção de narrativas pelos próprios alunos, por meio de textos, diários reflexivos, rodas de conversa ou projetos interdisciplinares, nos quais possam expressar suas compreensões e vivências sobre o tema. Essas

produções permitem ao professor identificar concepções prévias, desconstruir estereótipos e promover aprendizagens mais significativas.

Além disso, é fundamental estabelecer combinados de convivência que garantam um espaço seguro, evitando exposições indevidas e respeitando os limites individuais dos estudantes. Dessa forma, o currículo narrativo não se reduz a uma simples troca de relatos, mas se configura como uma prática pedagógica intencional, crítica e ética, comprometida com a formação integral dos sujeitos.

Portanto, o currículo narrativo representa uma importante alternativa às práticas pedagógicas tradicionais, ao promover uma educação mais humanizada, crítica e alinhada às demandas contemporâneas. Ao valorizar as narrativas dos sujeitos, especialmente em temas sensíveis como corpo, identidade e sexualidade, essa abordagem contribui significativamente para a formação integral dos estudantes, fortalecendo sua autonomia e sua capacidade de compreender e intervir na realidade em que estão inseridos.

A discussão sobre o currículo no Ensino Fundamental, especificamente no que tange ao ensino de Ciências Naturais, no que se refere a compreensão das reflexões sobre as questões de Gênero e Sexualidade, tem demandado revisões críticas que superem a mera transmissão de conteúdos biológicos desvinculados da realidade social. Conforme propõem Maia e Carvalho (2024), a emergência do currículo narrativo apresenta-se como uma alternativa robusta aos modelos monológicos e prescritivos que historicamente dominaram as ciências naturais.

O currículo narrativo não deve ser compreendido como uma lista de competências ou tópicos a serem "vencidos", mas como um processo dinâmico de produção de subjetividades. Ao tratar de temas complexos como gênero e sexualidade, essa perspectiva afasta-se do binarismo estrito e da patologização, focando na vida como ela se manifesta nos encontros cotidianos da escola.

O currículo narrativo é muito mais do que uma lista de conteúdos a serem seguidos, cursados, transmitidos, inculcados, treinados. Estas pesquisas [...] demonstram que, além da vontade de mudança, já está em marcha um processo de entender que

currículo, além de ser processo de produção de conhecimento e de subjetividades, é também processo de criação de realidades (MAIA; CARVALHO, 2024, p. 22).

Essa "criação de realidades" implica reconhecer que o conhecimento biológico, mesmo sob a perspectiva de uma "Ciência Dura", ou seja, aquela baseada em provas laboratoriais, não é neutro nem isolado, os saberes estão sempre atravessados e são validados por ideologias e disputas de poder.

Sendo assim, no Ensino Fundamental, onde as identidades estão em pleno florescimento, o currículo narrativo funciona como um posicionamento ético-político de caráter libertador, pois possibilita dar visibilidade às vidas dissidentes das normas sociais.

Louro (2012) acrescenta uma importante provocação a esse debate ao defender que ensinar sobre o corpo e a vida requer uma abordagem comprometida com a pluralidade e a contingência dos sujeitos. Nessa perspectiva, a autora reforça a compreensão de que a diversidade humana somente pode ser apreendida por meio de estudos que reconheçam a instabilidade das identidades como uma característica constitutiva da experiência humana.

Tal instabilidade manifesta-se nas múltiplas narrativas de vida, nas distintas formas de agir e de existir em diferentes contextos, as quais devem ser compreendidas sem a imposição de juízos de valor. Sob esse enfoque, Louro (2012) atribui ao Currículo Narrativo um papel privilegiado na promoção da alteridade, uma vez que este favorece o reconhecimento da singularidade dos sujeitos, o diálogo entre diferentes experiências e a valorização da diversidade como princípio formativo.

Mas deixei de mencionar ainda outro elemento que complica a conexão: se, de um lado, o queer privilegia estratégias desconstrutivas, a educação, por outro, adota a prescrição. Isso é notório, mas talvez eu nunca tenha percebido tão agudamente as dificuldades dessa articulação quanto a partir do momento em que passei a discuti-la com professoras e professores. Imediatamente se colocava uma demanda: como se aplica esse pensamento ou essas ideias na prática cotidiana? O que posso fazer com o queer numa sala de aula? Como é que o queer pode entrar no currículo? (LOURO, 2012, p. 366).

Ao contrário dos currículos conservadores, que buscam ditar normas de comportamento sob o

manto da "verdade científica", a abordagem narrativa ou "conservativa" entende que o mundo é um multiverso de experiências. No ensino das Ciências Naturais, no desenvolvimento da Educação Sexual, isso significa que o conteúdo — seja ele sobre comportamento, sistemas do corpo humano, genética ou evolução — deve estar aberto à troca e ao reconhecimento das incertezas da própria ciência.

Propomos aqui o currículo narrativo compreendido como uma forma plural, contingente, flexível, conectado ao cotidiano e às realidades de atores/atrizes sociais – mais um posicionamento ético-político do que uma receita de como agir na prática docente (MAIA; CARVALHO, 2024, p. 22).

Em suma, a educação sexual sob a ótica do currículo narrativo permite que estudantes e docentes transcendam a visão das chamadas "Ciências Duras", focada exclusivamente em conteúdos biológicos, anatômicos, fisiológicos e bioquímicos. O foco desloca-se do "como agir" para o "como coexistir", transformando a sala de aula em um espaço onde a vida, em suas múltiplas dimensões de gênero e sexualidade, é respeitada em sua complexidade, levando em conta a imensidão das relações sociais.

A proposta de um currículo narrativo em Maia e Carvalho (2024) ecoa a crítica de Foucault ao dispositivo de sexualidade, ao recusar a função meramente normalizadora do ensino de Ciências da Natureza, em especial a Biologia.

Ao substituir o currículo prescritivo por uma abordagem plural e contingente, a prática docente mitiga o seu caráter, normatizador, disciplinador de corpos, promove reflexões sobre o saber quanto instrumento de biopoder — que busca classificar e ordenar os corpos — para se tornar um espaço de "estética da existência". Sobre a forma como o saber científico atua na produção dessas verdades sobre o corpo, Foucault observa:

É que não se trata de saber se, ao sexo, dizemos sim ou não [...], mas de analisar o fato de que se fale dele, de saber quem dele fala, os lugares e os pontos de vista de onde se fala, as instituições que a isso incitam e que armazenam e distribuem o que dele se diz; em suma, o "fato discursivo" global, a "colocação do sexo em discurso" (FOUCAULT, 1999, p. 13).

Nesse sentido, a sala de aula de Ciências no Ensino Fundamental, na perspectiva da Educação

Sexual, transforma-se em um fórum de trocas. O conhecimento científico deixa de ditar verdades absolutas e biologizantes sobre o sujeito para oferecer ferramentas narrativas. Assim, o currículo narrativo permite que o estudante não seja apenas um objeto do discurso biológico, mas o sujeito que além de ouvir as narrativas de outros atores, tem a oportunidade de narrar eventos de sua própria vida e sexualidade diante das incertezas da produção da ciência.

O currículo prescritivo pode ser compreendido como um dispositivo que materializa relações de poder ao delimitar previamente os conhecimentos considerados legítimos, os modos autorizados de enunciação e as identidades reconhecidas como socialmente aceitáveis. Sob essa perspectiva, a escola deixa de constituir-se apenas como espaço de transmissão de saberes para operar como uma instituição disciplinar, responsável pela produção de sujeitos conformados às normas sociais.

Como observa Foucault, **"A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos 'dóceis'"** (FOUCAULT, 2014, p. 135). A disciplina, portanto, não apenas organiza os espaços, os tempos e os comportamentos escolares, mas também produz subjetividades compatíveis com determinadas racionalidades políticas e culturais.

Essa compreensão é aprofundada por Tomaz Tadeu da Silva ao deslocar o debate curricular da dimensão meramente técnica para sua dimensão política e cultural. Para o autor, o currículo não representa um conjunto neutro de conteúdos, mas um espaço de disputa simbólica no qual identidades são permanentemente produzidas e legitimadas.

Conforme afirma Silva, **"o currículo é também uma questão de identidade"** (SILVA, 2017, p. 15). Tal afirmação evidencia que toda seleção curricular implica, simultaneamente, a valorização de determinadas formas de ser e conhecer, bem como a exclusão ou marginalização de outras experiências e modos de existência. Nessa direção, o currículo participa ativamente da constituição das subjetividades, produzindo discursos sobre quem pode falar, quais conhecimentos merecem reconhecimento e quais diferenças permanecem invisibilizadas.

Em contraposição a essa lógica prescritiva, Jorge Larrosa propõe compreender a educação a partir

da categoria da experiência. Em seu ensaio *Notas sobre a experiência e o saber de experiência*, o autor afirma que **"a experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca"** (LARROSA BONDÍA, 2002, p. 21), distinguindo-a da mera acumulação de informações ou da reprodução de conteúdos escolares.

A experiência, nessa perspectiva, constitui um acontecimento que transforma o sujeito, produzindo sentidos singulares e irreduzíveis às prescrições curriculares. Ao privilegiar a narrativa das vivências, Larrosa desloca o foco da educação da transmissão de conhecimentos para a construção de significados, reconhecendo que o saber emerge do encontro entre conhecimento, existência e interpretação.

É precisamente nesse horizonte que o Currículo Narrativo se apresenta como uma alternativa epistemológica e política ao paradigma prescritivo. Ao reconhecer as narrativas dos estudantes como fonte legítima de conhecimento, rompe-se com a centralidade de um discurso único e cria-se um espaço pedagógico capaz de acolher a pluralidade das experiências humanas.

É prudente considerar que as opções e os silenciamentos presentes no currículo podem constituir desdobramentos de contextos históricos e políticos específicos, cujas circunstâncias incidem sobre a seleção, a organização e a legitimação dos conhecimentos escolarizados. É nesse cenário que o ano de 2013 é tomado, neste estudo, como um possível ponto de inflexão, conforme a perspectiva de Giraldes (2024), constituindo um marco que merece reflexão quanto às suas prováveis influências não apenas sobre as concepções expressas no documento paulistano Currículo da Cidade (SÃO PAULO, 2026), mas também sobre a **Base Nacional Comum Curricular – BNCC (BRASIL, 2017)**, documento estruturante dos currículos da Educação Básica em território brasileiro.

Tal perspectiva revela-se particularmente potente nos estudos de gênero e sexualidade, uma vez que possibilita a problematização de normas historicamente naturalizadas e amplia a visibilidade de identidades frequentemente silenciadas pelos currículos tradicionais. Nesse contexto, o conhecimento deixa de ser concebido como um conjunto de verdades previamente estabelecidas para constituir-se como resultado do diálogo entre múltiplas

experiências, favorecendo a construção da alteridade e o reconhecimento ético da diferença como princípio formativo.

Desde as manifestações políticas ocorridas em 2013, que marcaram a história política recente do Brasil, inicialmente motivadas pelo aumento das tarifas do transporte público, rapidamente incorporaram o combate à corrupção e um viés moralistas no campo dos costumes, observa-se no cenário brasileiro o fortalecimento de grupos e movimentos ultraconservadores que passaram a disputar de maneira mais intensa os rumos das políticas educacionais, especialmente no que se refere à Educação Sexual e aos Estudos das Questões de Gênero.

O contexto político brasileiro a partir de 2013 pode ser compreendido como um período de significativa reconfiguração das relações entre sociedade, instituições políticas e formas de participação pública. As manifestações de junho daquele ano expressaram uma multiplicidade de demandas e insatisfações, inicialmente relacionadas às condições de mobilidade urbana e, posteriormente, ampliadas para questões vinculadas à qualidade dos serviços públicos, à representação política, à corrupção e ao funcionamento das instituições. Nesse sentido, junho de 2013 constitui um importante ponto de inflexão para a compreensão das transformações ocorridas no cenário político brasileiro ao longo da década seguinte, embora não possa ser interpretado, de maneira linear ou causal, como origem direta da ascensão da extrema direita.

“A extrema direita não teria o sucesso que alcançou no Brasil sem se apropriar do desprestígio do sistema político que circulava na sociedade, mas nada disso poderia se dar de maneira automática. Foi necessário que o deslocamento da conjuntura histórica nacional produzisse certas condições e oportunidades.” (GIRALDES, 2024 p.3)

O autor evidencia que a ascensão da extrema direita deve ser analisada como resultado de um processo histórico mais amplo, no qual o desgaste da confiança nas instituições e a insatisfação social constituíram condições posteriormente disputadas e ressignificadas por diferentes forças políticas.

Desse modo, o período iniciado em 2013 pode ser compreendido como parte de uma conjuntura de

reordenamento do campo político brasileiro, marcada pela intensificação das disputas discursivas, pelo questionamento das formas tradicionais de representação e pela emergência de novos atores e repertórios de mobilização. A importância de 2013, portanto, não reside em atribuir às manifestações uma orientação política homogênea, mas em reconhecer que aquele ciclo de mobilizações contribuiu para alterar as condições nas quais conflitos políticos posteriores passaram a ser produzidos, interpretados e disputados.

Essa perspectiva é relevante para a análise das políticas educacionais, pois permite compreender que documentos curriculares e disputas em torno de temas como **gênero, sexualidade, direitos humanos e educação sexual** também estão inseridos em contextos históricos nos quais diferentes projetos de sociedade procuram produzir legitimidade e disputar os sentidos atribuídos à educação. Assim, a análise do currículo não deve ser dissociada das transformações políticas e culturais que marcaram o Brasil no período posterior a 2013, mas tampouco deve estabelecer relações causais simplificadoras entre essas dimensões.

Essas investidas têm se materializado em pressões sobre currículos, materiais didáticos, formação docente e práticas pedagógicas, buscando restringir discussões relacionadas às identidades de gênero, às sexualidades e à diversidade humana. Tal movimento não se limita ao campo do debate acadêmico, mas envolve estratégias de mobilização social e política que procuram apresentar essas temáticas como ameaças à família, à moral e à ordem social.

Amana Rocha Mattos (2018) analisa esse fenômeno ao evidenciar que:

“... os esforços que têm sido empregados por grupos e movimentos ultraconservadores para combater, e mesmo criminalizar, iniciativas pedagógicas para o trabalho com questões de gênero e sexualidades nas escolas brasileiras. Em um primeiro momento, identifico como tais posições têm se utilizado do truque da ‘ideologia de gênero’ para, no mesmo movimento, apagar e manipular discussões complexas e heterogêneas dos estudos de gênero e sexualidades e das teorias feministas, estimulando o pânico moral na sociedade em relação a quaisquer discussões sobre a temática promovidas em contextos escolares.” (MATTOS, 2018, p. 583).

A partir dessa perspectiva, percebe-se que a expressão “ideologia de gênero” opera como um dispositivo discursivo destinado a simplificar e deslegitimar campos de conhecimento consolidados, produzindo um ambiente de suspeita em torno de práticas educativas voltadas à reflexão crítica sobre gênero e sexualidade.

O efeito dessa estratégia é a criação de mecanismos de controle sobre o que pode ser ensinado, discutido e problematizado na escola, restringindo a autonomia pedagógica e reduzindo as possibilidades de abordagem plural das experiências humanas.

A análise das transformações curriculares exige considerar que a seleção dos conhecimentos legitimados pela escola não ocorre de maneira neutra, podendo refletir disputas sociais, culturais e políticas presentes em determinado contexto histórico. Nessa perspectiva, Sartori (2018, p. 8) identifica a influência do avanço de posições conservadoras sobre a elaboração da BNCC, particularmente no que se refere às discussões de gênero e sexualidade:

Na BNCC, a educação sexual, a orientação sexual e o gênero foram retirados do currículo, tendo em vista a onda conservadora que vem tomando conta do debate público brasileiro nos últimos anos, colocando o falar de sexualidade em uma posição de polêmica. Com isso, exerce-se um poder coercitivo da vida, enquadrando um modelo tido como único e normalizado. (SARTORI, 2018, p. 8).

A reflexão apresentada pelo autor permite compreender a **BNCC (BRASIL, 2017)** como resultado também de disputas em torno da definição dos conhecimentos que devem ocupar lugar de legitimidade no currículo escolar. Nesse sentido, a ascensão de setores da **ultradireita conservadora** no cenário político brasileiro constitui uma dimensão relevante para a análise das alterações e dos possíveis silenciamentos observados no processo de construção do documento. Mais do que uma simples ausência temática, a retirada ou o deslocamento de determinadas categorias do texto curricular pode ser compreendida como expressão de relações de poder que participam da definição do que pode ser legitimamente discutido no espaço escolar. Assim, a contribuição de Sartori (2018) oferece elementos para investigar em que medida o contexto político e cultural que antecedeu a homologação da BNCC interferiu na configuração de

suas concepções curriculares, especialmente no tratamento conferido às questões de gênero, sexualidade e educação sexual dentro do Currículo da Cidade – Ciências Naturais (São Paulo, 2026)..

Nesse contexto, não só o Currículo Narrativo tende a encontrar obstáculos significativos para sua implementação, mas também todo campo da Educação Sexual e dos Estudos de Gênero, mesmo a abordagem prescritiva pode ser impactada.

A limitação dessas abordagens pode resultar no silenciamento de vozes historicamente marginalizadas e na dificuldade de construir uma escolarização comprometida com a convivência democrática, o reconhecimento das diferenças e o respeito à diversidade.

Assim, a disputa em torno do currículo não diz respeito apenas à seleção de conteúdos, mas principalmente na sua abordagem, e também à própria concepção de educação e de sociedade que se pretende construir.

Enquanto as perspectivas ultraconservadoras buscam restringir o debate e normatizar as formas legítimas de existência, o Currículo Narrativo propõe ampliar os espaços de escuta, diálogo e reconhecimento da alteridade, favorecendo a formação de crianças e adolescentes capazes de conviver com a pluralidade que caracteriza a experiência humana.

Diante das discussões apresentadas acerca das disputas em torno do currículo, da Educação Sexual e dos Estudos das Questões de Gênero, esta pesquisa tem por objetivo investigar de que maneira tais temáticas se encontram contempladas no Currículo da Cidade: Ensino Fundamental – Ciências Naturais (SÃO PAULO, 2026).

Parte-se do pressuposto de que os documentos curriculares oficiais não apenas organizam os conhecimentos escolares, mas também expressam concepções de sujeito, de ciência e de educação que orientam as práticas pedagógicas desenvolvidas nas unidades escolares.

Nesse sentido, a investigação busca responder às seguintes questões: **o Currículo Oficial da Cidade de São Paulo, na área de Ciências Naturais, apresenta diretrizes que orientem o desenvolvimento da Educação Sexual e das**

Questões de Gênero nas escolas da Rede Municipal de Ensino? Em caso afirmativo, tais diretrizes revelam-se mais ou menos favoráveis à instrumentalização do Currículo Narrativo como estratégia pedagógica para o tratamento dessas temáticas?

Ao tomar como objeto de análise a segunda edição do **Currículo da Cidade: Ensino Fundamental – Ciências Naturais** (SÃO PAULO, 2026), pretende-se identificar em que medida suas orientações curriculares favorecem práticas educativas fundamentadas na escuta, na valorização das narrativas dos estudantes, na problematização das múltiplas experiências humanas e na promoção da alteridade.

Busca-se, assim, compreender se o documento curricular oferece condições para a construção de uma Educação Sexual comprometida com os direitos humanos, com o reconhecimento da diversidade e com a constituição de ambientes escolares democráticos, ou se privilegia abordagens predominantemente prescritivas e normativas, potencialmente limitadoras da adoção do Currículo Narrativo como perspectiva pedagógica.

MATERIAIS E MÉTODOS

O principal objeto de análise desta pesquisa é o documento **Currículo da Cidade: Ensino Fundamental – Ciências Naturais**, em sua versão digital, segunda edição, publicado pela Secretaria Municipal de Educação de São Paulo como documento para consulta pública (SÃO PAULO, 2026).

Enquanto documento orientador das práticas pedagógicas da Rede Municipal de Ensino de São Paulo, o currículo constitui um importante artefato político-pedagógico, na medida em que sistematiza concepções de educação, ensino, aprendizagem e formação humana que orientam o trabalho docente nas escolas da rede.

O próprio documento explicita que sua elaboração decorreu de um amplo processo participativo, envolvendo diferentes segmentos da comunidade educacional. Conforme registrado em sua apresentação, o Currículo da Cidade é:

"... fruto de um processo de construção coletiva iniciado em 2017, com ampla participação de professoras, professores, gestoras, gestores e especialistas. Foram envolvidos Grupos de Trabalho das 13

Diretorias Regionais, além da contribuição de 43.655 estudantes do Ensino Fundamental, consultores externos e leitores críticos" (SÃO PAULO, 2026, p. 7).

Essa informação evidencia a intenção da Secretaria Municipal de Educação de construir um documento curricular fundamentado no diálogo entre diferentes sujeitos que compõem a rede, conferindo-lhe legitimidade institucional e caráter colaborativo.

A mesma página do documento apresenta os princípios estruturantes que orientam sua organização e implementação. Segundo o texto oficial, o currículo é:

"orientado pelos princípios da Educação Integral, da Equidade e da Educação Inclusiva, o Currículo da Cidade expressa o compromisso da Rede com uma educação pública de qualidade, capaz de responder às transformações sociais, culturais e tecnológicas da contemporaneidade e de promover aprendizagens significativas para todas e todos" (SÃO PAULO, 2026, p. 7).

Tais princípios indicam o compromisso institucional com uma educação que objetiva garantir o direito à aprendizagem, com a valorização da diversidade e com a promoção de práticas pedagógicas inclusivas.

O documento Currículo da Cidade, da Rede Municipal de Ensino de São Paulo, apresenta uma organização estrutural que articula princípios pedagógicos, direitos de aprendizagem e orientações curriculares, buscando garantir a formação integral dos estudantes.

Sua estrutura foi concebida para assegurar a coerência entre os pressupostos teóricos do currículo e as práticas pedagógicas desenvolvidas nas unidades educacionais, estabelecendo referenciais comuns para o planejamento, a implementação e a avaliação do processo de ensino e aprendizagem.

Conforme descrito no próprio documento, a organização curricular está fundamentada em diferentes elementos que se articulam entre si, orientando o trabalho pedagógico ao longo de todo o Ensino Fundamental. Nesse sentido, o Currículo da Cidade estabelece que:

"O Currículo da Cidade organiza-se a partir dos seguintes elementos: Matriz de Saberes: explicita os direitos de aprendizagem que devem ser garantidos a todos os estudantes da Rede Municipal de Ensino ao longo do Ensino Fundamental. Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS): trazem

temas inspiradores que conectam os aprendizados dos estudantes à contemporaneidade. Ciclos de Aprendizagem: definem as três fases em que se divide o Ensino Fundamental na Rede Municipal de Ensino. Áreas do Conhecimento/Componentes Curriculares: agrupam os objetos de conhecimento e os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento. Eixos estruturantes: organizam os objetos de conhecimento. Objetos de conhecimento: indicam o que as professoras e professores precisam ensinar a cada ciclo em cada um dos componentes curriculares. Objetivos de Aprendizagem e Desenvolvimento: definem o que cada estudante precisa aprender em cada ciclo em cada um dos componentes curriculares" (SÃO PAULO, 2026, p. 58).

A organização apresentada evidencia uma estrutura curricular integrada, na qual cada elemento desempenha uma função específica e complementar. A Matriz de Saberes orienta a garantia dos direitos de aprendizagem; os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável ampliam a conexão entre a escola e os desafios contemporâneos; os Ciclos de Aprendizagem organizam a progressão escolar; enquanto os componentes curriculares, os eixos estruturantes, os objetos de conhecimento e os objetivos de aprendizagem articulam os conteúdos, as competências e as habilidades a serem desenvolvidas ao longo da trajetória escolar.

Observa-se, ainda, que o documento manifesta preocupação com a promoção da igualdade de gênero em sua própria estrutura textual. No item Objetos de conhecimento, ao afirmar que estes "indicam o que as professoras e professores precisam ensinar", o Currículo da Cidade utiliza a flexão feminina antes da masculina, conferindo visibilidade às mulheres no exercício da docência.

Essa opção linguística representa uma escolha alinhada aos princípios de equidade e inclusão defendidos pelo documento, valorizando a representatividade de gênero e rompendo com a tradição de empregar exclusivamente o masculino como forma genérica. Assim, além de orientar o currículo escolar, o texto também incorpora, em sua linguagem, princípios de respeito à diversidade e de promoção da igualdade entre mulheres e homens.

Considerando essas diretrizes, a presente pesquisa parte do pressuposto de que o Currículo da

Cidade constitui uma fonte privilegiada para investigar como a Rede Municipal de Ensino de São Paulo concebe a Educação Sexual e os Estudos das Questões de Gênero no âmbito das Ciências Naturais.

A análise aqui presente busca identificar se os princípios da Educação Integral, da Equidade e da Educação Inclusiva encontram correspondência nas orientações específicas relativas a essas temáticas e em que medida o documento, Currículo da Cidade: Ensino Fundamental: Ciências Naturais. (SÃO PAULO, 2026) favorece ou restringe a adoção do Currículo Narrativo como estratégia pedagógica.

Assim, o documento curricular será compreendido não apenas como um instrumento normativo, mas como um texto político e cultural que expressa concepções de conhecimento, de sujeito e de sociedade, tornando-se um objeto de investigação fundamental para compreender as possibilidades e os limites da Educação Sexual na Rede Municipal de Ensino de São Paulo.

O presente estudo tem como objetivo investigar se a proposta do Currículo da Cidade da Rede Municipal de Ensino de São Paulo apresenta diretrizes que possibilitam uma abordagem narrativa do currículo ou se, ao contrário, restringe as possibilidades de desenvolvimento curricular ao campo do currículo prescritivo.

Parte-se da compreensão de que os documentos curriculares podem assumir diferentes perspectivas teórico-metodológicas, ora enfatizando prescrições, conteúdos e objetivos previamente definidos, ora favorecendo processos de construção curricular que valorizam as experiências, os contextos e as narrativas produzidas pelos sujeitos envolvidos no processo educativo.

Além disso, a pesquisa busca verificar de que maneira o documento aborda as temáticas relacionadas à sexualidade. Para tanto, serão analisadas as ocorrências dos termos sexualidade, sexo, gênero, orientação sexual, narrativas e vivências, com o propósito de identificar se tais conceitos são tratados predominantemente sob um enfoque biologizante, centrado em aspectos da fisiologia e da anatomia humanas, ou se o documento possibilita uma compreensão mais ampla dessas temáticas,

contemplando suas dimensões sociais, culturais, históricas, éticas e políticas

Por conveniência metodológica e com o propósito de delimitar o corpus de análise, realizou-se uma busca sistemática no documento em formato PDF, utilizando-se a ferramenta de localização de termos disponibilizada pelo próprio arquivo. O procedimento teve como finalidade identificar, de maneira objetiva e preliminar, ocorrências de conceitos diretamente relacionados ao campo da educação sexual e às formas pelas quais essa temática pode se constituir no currículo.

Para a realização da busca, foram selecionados os termos “sexualidade”, “sexo”, “gênero”, “orientação sexual”, “narrativas” e “vivências”. A escolha dessas expressões decorre de sua pertinência conceitual para a investigação das discussões relacionadas à educação sexual, especialmente no que se refere à sua inserção e abordagem no currículo escolar.

A utilização desses descritores possibilitou estabelecer uma aproximação inicial entre as ocorrências textuais identificadas no documento e as diferentes formas de construção curricular, considerando tanto a perspectiva do currículo prescritivo, associada às orientações, normativas e conteúdos formalmente estabelecidos, quanto a perspectiva do currículo narrativo, compreendida a partir das experiências, narrativas, vivências e significações produzidas pelos sujeitos no contexto educativo.

Ressalta-se que a utilização da ferramenta de busca no documento em PDF constitui um procedimento de localização e organização inicial dos dados, não sendo tomada, isoladamente, como critério suficiente para a interpretação dos sentidos atribuídos aos termos. As ocorrências identificadas foram consideradas como pontos de entrada para a leitura analítica e contextualizada do documento, possibilitando examinar de que maneira as categorias relacionadas à sexualidade, ao sexo, ao gênero e à orientação sexual são mobilizadas, bem como suas possíveis articulações com narrativas e vivências no âmbito da educação e do currículo.

Desse modo, o procedimento adotado contribuiu para conferir maior sistematicidade à etapa de levantamento documental, favorecendo a identificação de elementos relevantes para a análise da

presença, da abordagem e das formas de significação da educação sexual nas diferentes dimensões curriculares investigadas.

A investigação fundamenta-se na metodologia da Análise de Conteúdo, por ser um procedimento que permite examinar, de forma sistemática e objetiva, os significados presentes nos documentos, possibilitando a identificação de categorias, recorrências e sentidos produzidos no corpus analisado. Conforme Bardin (2016).

A Análise de Conteúdo constitui um conjunto de técnicas de análise das comunicações que visa obter indicadores capazes de produzir inferências acerca das condições de produção e de recepção das mensagens. Assim, a pesquisa será desenvolvida a partir da exploração sistemática do texto do Currículo da Cidade, buscando identificar evidências que permitam compreender tanto sua concepção curricular quanto o tratamento conferido às questões relacionadas à sexualidade.

A compreensão das diretrizes que orientam a educação básica exige um instrumental metodológico rigoroso, capaz de desvelar não apenas a superfície dos textos oficiais, mas também as intenções e concepções teórico-metodológicas subjacentes.

No caso do Currículo da Cidade da Rede Municipal de Ensino de São Paulo, o desafio reside em tensionar o documento para identificar se sua estrutura se inclina para um modelo prescritivo — focado em conteúdos rígidos e objetivos pré-definidos — ou se abre margem para uma abordagem narrativa, que valoriza as experiências e os contextos dos sujeitos escolares.

Para além da estrutura macrocurricular, a investigação se debruça sobre a microanálise de eixos temáticos sensíveis, especificamente o tratamento conferido à sexualidade e às relações sociais. A análise do corpus textual busca mapear a recorrência e os contextos de uso dos termos-chave “sexo”, “sexualidade”, “orientação sexual”, “gênero”, “narrativas” e “vivências”.

A inclusão do conceito de gênero justifica-se pela necessidade de avaliar se o documento restringe tais discussões a um viés estritamente biologizante (focado na fisiologia e na anatomia humana) ou se legitima uma perspectiva multidimensional. Sob essa ótica ampla, gênero e sexualidade são compreendidos

como construções sociais, culturais, históricas, éticas e políticas, fundamentais para a promoção da equidade e dos direitos humanos no ambiente escolar.

Para viabilizar essa investigação de forma sistemática e replicável, adota-se a Análise de Conteúdo (AC) como aporte metodológico fundamental. De acordo com a literatura clássica da área, a escolha dessa abordagem se justifica por sua capacidade de organizar a leitura e extrair inferências consistentes de materiais textuais:

A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2016, p. 48).

A operacionalização da Análise de Conteúdo no universo do Currículo da Cidade estruturar-se-á em três fases cronológicas essenciais, conforme preconizado por Bardin (2016): a pré-análise, a exploração do material e, por fim, o tratamento dos resultados (que envolve a inferência e a interpretação).

1. Pré-Análise e Organização do Corpus

A fase inicial consiste na intuição, na escolha do material e na formulação de hipóteses. No contexto desta pesquisa, o documento integral do Currículo da Cidade constitui o universo de análise. Realiza-se a chamada "leitura flutuante", que estabelece os primeiros contatos com o texto sem pressupostos rígidos, permitindo a familiarização com a retórica do documento.

Nesta etapa, fixam-se as regras de exaustividade (esgotar o texto selecionado), homogeneidade (manter os mesmos critérios de escolha) e representatividade. Define-se também o recorte operacional que guiará a busca eletrônica e manual pelas unidades de registro essenciais: os termos-chave "sexo", "sexualidade", "orientação sexual" e "gênero", narrativas" e "vivências".

2. Exploração do Material e Categorização

Esta fase, considerada a mais densa operacionalmente, envolve a codificação do texto por meio de operações de recorte e agregação. É o

momento em que os dados brutos são transformados de forma a permitir uma representação do conteúdo.

A categorização é o processo que reúne um grupo de elementos sob um título genérico, em razão dos caracteres comuns desses elementos. No estudo do currículo paulistano, três grandes categorias analíticas emergem a priori e a posteriori:

- **Perspectiva Curricular:** Classificação dos trechos do documento em unidades que denotem rigidez/prescrição ou flexibilidade/narrativa.
- **Abordagem Conceitual da Sexualidade:** Divisão dos achados entre o enfoque puramente biológico e o enfoque integral (sociocultural e político).
- **Concepção de Gênero:** Mapeamento de como o termo é empregado — se como mero sinônimo de sexo biológico/variável gramatical ou se como categoria analítica de diferenciação social, essencial para discutir igualdade, diversidade e superação de estereótipos na escola.

Ao isolar os fragmentos de texto onde os seis termos de busca aparecem, o pesquisador realiza a classificação em função dos núcleos de sentido presentes no contexto da frase ou do parágrafo.

3. Tratamento dos Resultados, Inferência e Interpretação

Com os dados categorizados e quantificados (no que diz respeito às ocorrências), procede-se à fase de interpretação. Os resultados brutos são submetidos a um exame reflexivo profundo, de natureza qualitativa.

A Análise de Conteúdo não se limita a descrever o que está escrito; ela busca compreender as mensagens implícitas e o silenciamento de certos debates. No caso desta investigação, os dados empíricos isolados nas etapas anteriores servirão como base para desvelar a real intencionalidade do Currículo da Cidade.

As inferências geradas trouxeram pistas, se a política educacional do município de São Paulo atua como um mecanismo de controle técnico ou se legitima as discussões sobre gênero e sexualidade como eixos transversais fundamentais para uma educação democrática, emancipatória e atenta à pluralidade dos sujeitos que habitam a escola.

A complexidade que envolve a análise de documentos curriculares oficiais e a identificação de suas nuances ideológicas e pedagógicas exige uma abordagem metodológica que supere a mera contagem

de termos. Por essa razão, esta investigação assume explicitamente a natureza qualitativa, uma escolha deliberada que visa compreender a profundidade dos sentidos e as intencionalidades presentes no discurso oficial do Currículo da Cidade de São Paulo.

No âmbito da Análise de Conteúdo, embora a quantificação das ocorrências dos termos "sexo", "sexualidade", "orientação sexual", "gênero", "narrativas" e "vivências" sirva como um indicador inicial, a tomada de decisão pela análise qualitativa justifica-se pela necessidade de decodificar os contextos éticos, políticos e socioculturais que essas palavras carregam.

A relevância do achado científico, nesse sentido, não se mede pela quantidade, mas pela densidade interpretativa. Sobre a legitimidade e os critérios de validação desse modelo investigativo, Minayo elucida que:

[...] a pesquisa qualitativa não se baseia no critério numérico para garantir representatividade. No ciclo da pesquisa, o processo da fase exploratória possui a interrogação do objeto, dos pressupostos, as teorias pertinentes, a metodologia apropriada e as questões operacionais, no intuito de sedimentar e consolidar o trabalho de campo (MINAYO, 2009, p. 26).

Essa postura analítica possibilita que o exame do documento não fique restrito a uma estrutura engessada, abrindo espaço para que o pesquisador confronte as teorias curriculares com o texto manifestado na política pública educacional. Ao articular a metodologia da Análise de Conteúdo a esse horizonte qualitativo, consolida-se um desenho investigativo flexível, porém rigoroso, ideal para lidar com a maleabilidade dos discursos sociais sobre a sexualidade e o currículo.

Ademais, por configurar-se essencialmente como uma pesquisa documental de natureza exploratória, o manuseio direto do texto do Currículo da Cidade atua como uma rica fonte primária de dados. Longe de ser um procedimento meramente burocrático, o escrutínio documental qualitativo permite revelar contradições internas, avanços conceituais e eventuais silenciamentos institucionais sobre as temáticas de gênero. Conforme aponta a literatura clássica sobre o tema, a pesquisa baseada em documentos:

A pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos (SEVERINO, 2013 p. 106).

Desse modo, a opção pela abordagem qualitativa e documental confere à pesquisa o instrumental necessário tanto para diagnosticar se o documento paulistano atua no campo do currículo prescritivo ou narrativo, quanto para desvelar se as discussões de gênero e sexualidade foram tratadas sob um prisma emancipatório ou sob o reducionismo biologizante, inaugurando novas frentes de reflexão em áreas onde o debate curricular ainda carece de consolidação teórica.

RESULTADOS

A presente seção operacionaliza a Análise de Conteúdo (AC) fundamentada nos preceitos teóricos e cronológicos de Bardin (2016). O corpus documental analisado corresponde à segunda edição do Currículo da Cidade: Ensino Fundamental: Ciências Naturais, publicado pela Secretaria Municipal de Educação de São Paulo em 2026 para consulta pública.

Por meio de uma abordagem predominantemente qualitativa, os dados numéricos brutos de frequência foram submetidos ao crivo hermenêutico e analítico, organizados em torno das unidades de registro (UR) extraídas das páginas do documento e mapeados a partir de três categorias analíticas delineadas a priori e a posteriori. Nesse percurso metodológico, a utilização da ferramenta de busca no documento em formato PDF constituiu uma etapa inicial de localização e sistematização das ocorrências relacionadas aos termos "sexualidade", "sexo", "gênero", "orientação sexual", "narrativas" e "vivências", selecionados em razão de sua pertinência com o objeto investigado e com as discussões referentes à educação sexual e à sua inserção curricular.

As categorias definidas a priori foram estabelecidas antes do exame aprofundado das

unidades de registro, tendo como referência o problema de pesquisa, o referencial teórico e os pressupostos conceituais que orientaram a investigação. Essa etapa permitiu construir um quadro analítico inicial capaz de organizar as ocorrências identificadas no documento, evitando que a análise se restringisse à frequência isolada dos termos. Assim, os resultados quantitativos obtidos pela ferramenta de busca foram compreendidos como indicadores de recorrência e não como evidências interpretativas em si mesmas.

Em um segundo movimento, procedeu-se à análise das unidades de registro em seu contexto discursivo, considerando não apenas a presença dos termos pesquisados, mas também os sentidos, relações e significados produzidos em torno deles. Esse procedimento possibilitou o desenvolvimento das categorias a posteriori, construídas a partir da recorrência de determinados sentidos, aproximações conceituais, tensões e elementos emergentes no próprio material documental. Dessa maneira, as categorias não foram tomadas como estruturas rígidas previamente impostas ao corpus, mas como construções analíticas passíveis de refinamento e reorganização diante das evidências encontradas.

A articulação entre as categorias a priori e a posteriori permitiu, portanto, estabelecer um movimento dialético entre teoria e empiria. As categorias inicialmente definidas orientaram o olhar sobre o material, enquanto as categorias emergentes possibilitaram ampliar, tensionar ou reconfigurar as interpretações inicialmente previstas. Esse procedimento é particularmente pertinente à análise da educação sexual no currículo, uma vez que os termos sexualidade, sexo, gênero e orientação sexual podem assumir diferentes significados conforme o contexto discursivo em que são empregados, assim como narrativas e vivências podem indicar dimensões que ultrapassam aquilo que está formalmente prescrito.

Nesse sentido, a distinção entre currículo prescritivo e currículo narrativo também funcionou como importante eixo interpretativo. As ocorrências relacionadas às normativas, orientações, conteúdos e prescrições institucionais foram examinadas em sua dimensão formal e documental, enquanto as

referências às narrativas, experiências e vivências foram analisadas considerando sua relação com os sujeitos, os contextos e os processos de significação produzidos no cotidiano educativo. A análise a posteriori, por sua vez, permitiu identificar possíveis aproximações, deslocamentos ou tensões entre essas duas dimensões curriculares.

Assim, o procedimento metodológico não consistiu simplesmente em contabilizar a incidência dos termos pesquisados. A frequência constituiu uma etapa de mapeamento inicial do corpus, enquanto as unidades de registro constituíram o material efetivamente submetido à interpretação hermenêutica. O percurso analítico pode ser sintetizado em quatro movimentos articulados: (1) localização das ocorrências por meio da ferramenta de busca no PDF; (2) registro e sistematização das unidades de registro e respectivas páginas; (3) classificação inicial segundo categorias definidas a priori; e (4) releitura contextualizada do material para identificação, refinamento e constituição de categorias a posteriori.

Desse modo, a estratégia adotada buscou preservar simultaneamente a sistematicidade do levantamento documental e a complexidade interpretativa própria da abordagem qualitativa, permitindo que os dados de frequência servissem como indicadores para orientar a análise, sem reduzir o fenômeno investigado à dimensão quantitativa. A combinação entre categorias a priori e a posteriori possibilitou, portanto, compreender como a educação sexual é discursivamente construída no documento e como suas diferentes dimensões podem ser relacionadas às perspectivas do currículo prescritivo e do currículo narrativo.

1. Inventário Quantitativo dos Termos-Chave

Na fase de exploração do material, procedeu-se ao levantamento da frequência absoluta dos termos de busca no documento digital. A Tabela 1 sistematiza a ocorrência quantitativa de cada unidade linguística pesquisada, introduzindo uma importante distinção qualitativa no que tange ao termo "gênero".

Tabela 1 – Frequência absoluta dos termos-chave no documento curricular

Termo-Chave	Frequência Absoluta de uso no documento analisado(f)	Observação Analítica / Contexto de Uso
Gênero	41	Predominância de usos alheios às relações sociais (exemplos: gênero de conhecimento em um viés epistemológico, gêneros de seres vivos no viés biologizante).
Sexualidade	13	Sempre atrelada a aspectos formativos, biológicos e/ou socioculturais.
Orientação Sexual	8	Dividida entre resgates históricos, arcabouços legais e eixos transversais.
Vivências	7	Associada a pressupostos pedagógicos de contextualização.
Sexo	2	Restrito a citações legislativas e determinantes sociais de saúde.
Narrativas	2	Focada na expressão estudantil e na coautoria do conhecimento.

Fonte: Elaborada pelo autor (2026), com base em SÃO PAULO (2026).

2. Categorização e Análise das Unidades de Registro (UR)

Conforme Bardin (2016), a categorização exige a classificação dos elementos constitutivos da mensagem por diferenciação e, seguidamente, por agrupamento analítico. Abaixo, as unidades de registro selecionadas são distribuídas e discutidas dentro de suas respectivas categorias de análise.

Categoria A: Perspectiva Curricular (Rigidez/ Prescrição vs. Flexibilidade/Narrativa)

Esta categoria investiga se o documento atua de maneira centralizadora e inflexível ou se compreende o currículo como um espaço aberto a construções subjetivas e partilhadas.

Tabela 2 – Unidades de Registro que remetem ao Currículo Narrativo

Termo-Chave	Unidades de Registro (UR) Isoladas	Localização	Dimensão Identificada
Narrativas	"O currículo precisa, portanto, acolher e valorizar as múltiplas formas de expressão e os diferentes modos de significar o mundo, reconhecendo vozes, experiências, culturas e produções infantis. Para tanto, é fundamental assegurar à participação por meio intencional de tempos, espaços, materialidades, interações, narrativas e espaços que valorizem a escuta qualificada, o diálogo a coautoria."	pp. 12-13	Flexibilidade / Coautoria: O texto rompe com a rigidez prescritiva ao validar o estudante como sujeito ativo na produção do saber escolar.
Narrativas	"Foram considerados os múltiplos modos de expressão das narrativas e formas de construção do conhecimento por parte dos estudantes..."	p. 54	Flexibilidade: Validação das pluralidades cognitivas e expressivas discentes.
Vivências	"... a Educação Integral, princípio orientador deste Currículo, compreende que essas múltiplas vivências ampliam as possibilidades de aprender e constituir-se como sujeito."	p. 41	Abordagem Narrativa: Conexão direta com o conceito de Educação Integral, onde a vivência do aluno molda o percurso formativo.

Vivências	"Reconhecer a cultura científica e relacioná-la com as concepções, vivências visões de mundo, oriundas de diversas matrizes culturais que antecedem e convivem com a experiência escolar..."	p. 70	Flexibilidade: Descentralização do saber eurocêntrico e valorização dos saberes prévios dos estudantes.
Vivências	"A abordagem interdisciplinar articula as áreas de conhecimento, respeitando suas especificidades, com os contextos, vivências e repertórios dos estudantes, conferindo maior significado às aprendizagens."	p. 42	Interdisciplinaridade: O currículo se abre para as realidades vividas em detrimento da rigidez das grades disciplinares fechadas.

Fonte: Elaborada pelo autor (2026), com base em SÃO PAULO (2026).

Categoria B: Abordagem Conceitual da Sexualidade (Enfoque Biologizante vs. Enfoque Integral)

Mapeia se o componente de Ciências Naturais superou o histórico reducionismo anatômico-fisiológico das ciências médicas para abarcar as dimensões políticas e culturais da sexualidade.

Tabela 3 – Unidades de Registro que remetem a Biologização e ou a Complexidade

Termo-Chave	Unidades de Registro (UR) Isoladas	Localização	Dimensão Identificada
Sexo	"Analisar informações sobre determinantes sociais de saúde (ex: classe, raça, sexo, gênero), relacionando-as com a prevenção de IST, e da gravidez na adolescência"	p. 96	Enfoque Integral: Ao situar o "sexo" junto a determinantes sociais de saúde, o texto reconhece que fenômenos biológicos sofrem forte impacto de marcadores sociais.
Sexualidade	"... é fundamental tratar o conceito plural, reconhecendo que, em um país diverso como o Brasil, as adolescências são atravessadas por marcadores como gênero, raça, sexualidade e territórios que incidem de formas distintas sobre as experiências de cada estudante."	p. 14	Enfoque Integral: A sexualidade é vista sob a ótica da interseccionalidade e da pluralidade, afetando as vivências dos estudantes de modos desiguais.
Sexualidade	"Reconhecer as múltiplas dimensões da sexualidade humana (biológica, sociocultural e afetiva) valorizando a diversidade e combatendo preconceitos e violências baseadas em normatividades (gênero, orientação sexual, padrão estético, etc)."	p. 96	Enfoque Integral: Declaração explícita da superação do viés unicamente biológico, pautando eixos afetivos e socioculturais.
Sexualidade	"Sexualidade: respeito à diversidade e combate ao preconceito baseado em normatividade social"	p. 96	Enfoque Político/Social: A temática é mobilizada para a consolidação de posturas éticas e antidiscriminatórias no cotidiano.
Sexualidade	"Sexualidade: aspectos biológicos e culturais da adolescência, respeito à diversidade e superação de estereótipos."	p. 94	Enfoque Integral: Equilíbrio didático explícito entre a herança biológica e a dimensão cultural.
Sexualidade	"Sexualidade: aspectos biológicos e culturais da adolescência, respeito à diversidade e superação de estereótipos."	p. 94	Enfoque Integral: Equilíbrio didático explícito entre a herança biológica e a dimensão cultural.
Sexualidade	"No 7º e 8º ano, busca-se discutir os preconceitos e normas sociais associados à sexualidade humana, com vistas à promoção de ambientes inclusivos e livres de violências e opressões."	p. 79	Enfoque Político: Utilização do espaço curricular científico como ferramenta de enfrentamento a opressões estruturais.

Fonte: Elaborada pelo autor (2026), com base em SÃO PAULO (2026).

Categoria C: Concepção de Gênero (Sinônimo Biológico/Gramatical vs. Categoria Analítica)

Analisa se o termo "gênero" opera de modo transformador ou se surge esvaziado de seu potencial

analítico crítico. Como apontado no inventário, desconsideram-se as menções de ordem taxonômica (biologia) ou linguística (gêneros textuais) para focar estritamente nas relações sociais.

Tabela 4 – Unidades de Registro que remetem ao viés histórico e sociopolítico

Termo-Chave	Unidades de Registro (UR) Isoladas	Localização	Dimensão Identificada
Gênero	"... as infâncias e as adolescências não podem ser concebidas de forma homogênea, pois são atravessadas por construções históricas e culturais, por tempos, lugares e contextos sociais distintos, assim como por marcadores sociais e identitários, como classe, gênero, raça, etnia, deficiência, orientação política, sexual, religiosa, entre outros."	p. 11	Categoria Analítica: Gênero é definido como uma construção histórica e cultural, servindo como marcador identitário que fratura a noção de uma infância universal.
Gênero	"... enfatizando o respeito à diversidade que constitui a sociedade em todos as suas dimensões, seja em relação à orientação sexual, identidade de gênero, relações étnico raciais e culturais, pessoas com deficiência, entre outras."	p. 73	Categoria Analítica: Surge associado à "identidade", reforçando a autodeterminação e o respeito institucional à diversidade de gênero.
Orientação Sexual	"A lei que em seu texto original já fazia referência à orientação sexual, teve sua aplicação estendida a mulheres trans, conforme decisão do Superior Tribunal de Justiça em 2002."	p. 25	Categoria Analítica (Indireta): O excerto aciona a "orientação sexual" para tratar de direitos de mulheres trans, imiscuindo o debate legal na proteção de gênero.
Orientação Sexual	"Portanto, ética, meio ambiente, saúde, pluralidade cultural e orientação sexual, eram temas propostos transversalmente ao currículo..."	p. 62	Sinônimo de Educação Sexual: O documento faz um resgate histórico (alusivo aos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs). O termo comparece sob a acepção datada da década de 1990, operando de modo menos analítico se comparado aos demais trechos modernos. (BRASIL, 1997)

Fonte: Elaborada pelo autor (2026), com base em SÃO PAULO (2026).

3. Tratamento dos Resultados e Inferências Curriculares

A articulação entre os dados numéricos e a interpretação conceitual das Unidades de Registro (UR) autoriza inferências estruturadas sobre o posicionamento político-pedagógico do Currículo da Cidade de São Paulo (2026) no componente de Ciências Naturais:

- **Superação do Tradicionalismo Científico:** Historicamente, o componente curricular de Ciências tendeu ao confinamento dos temas reprodutivos aos sistemas orgânicos. A análise das UR demonstra que o documento paulistano opera uma guinada em direção ao enfoque integral. Expressões como "normatividades", "construções históricas" e "superação de estereótipos" neutralizam o determinismo biológico, inserindo a corporalidade no campo da cultura e dos direitos humanos.

- **Abertura para as Narrativas Reais:** Embora os termos "narrativas" e "vivências" apresentem métricas quantitativas discretas, seu posicionamento topográfico no texto (nas seções de princípios orientadores e metodológicos) revela uma intencionalidade de flexibilidade curricular. O documento prescreve, sim, competências específicas, mas resguarda espaços de coautoria e diálogo presumindo a possibilidade de escuta e de fala, estratégia que pode viabilizar a horizontalização e o desenvolvimento transdisciplinar de temas emergentes das vivências, que validam as trajetórias singulares de crianças e adolescentes.

- **Gênero como Dispositivo de Equidade:** Excluindo-se as homônimas textuais e biológicas que inflaram o indicador bruto, o conceito de gênero assume o estatuto pedagógico de categoria analítica rigorosa. O currículo o enquadra como um marcador estruturante das desigualdades e das identidades plurais, impondo à Rede Municipal de Ensino o compromisso político do combate às violências baseadas na opressão de gênero.

Verifica-se, à luz de Bardin (2016), que as mensagens manifestas no texto analisado projetam um currículo de natureza híbrida: mantém o caráter ordenador inerente aos documentos normativos e estatais, contudo, dota suas diretrizes de porosidade democrática suficiente para ancorar uma abordagem narrativa, pluralista e sintonizada com as dimensões sociopolíticas da sexualidade e do gênero.

DISCUSSÃO

A tessitura do Currículo da Cidade de São Paulo (2026) para o componente de Ciências Naturais revela um tensionamento paradigmático profundo, configurando o que se pode definir como uma estrutura documental de natureza híbrida. Se, por um lado, o documento resguarda sua função precípua de prescrição normativa, regulação e ordenamento estatal do saber — típica de políticas públicas centralizadas —, por outro, ele manifesta uma porosidade democrática ao incorporar eixos dos estudos de gênero, sexo e sexualidade sob uma ótica marcadamente emancipatória. Essa hibridização se expressa na superação do tradicionalismo científico e no reconhecimento da sexualidade em sua complexidade e diversidade formativa, transcendendo o reducionismo anátomo-fisiológico para situar o corpo no cerne dos direitos humanos, da cultura e da justiça social.

Entende-se aqui que a hibridação curricular, aqui levantada, refere-se à constituição de uma matriz curricular na qual diferentes racionalidades — normativa, científica, pedagógica, cultural, social e política — são articuladas no interior de um mesmo documento, produzindo uma configuração que preserva a dimensão prescritiva da política educacional, mas simultaneamente incorpora perspectivas de diversidade, direitos humanos, experiências e reconhecimento dos sujeitos.

Ao legitimar e valorizar as experiências, as narrativas reais e as vivências dos estudantes dentro dos eixos metodológicos e dos princípios orientadores, o texto oficial descentraliza a autoridade do saber puramente técnico. O currículo, desse modo, valida as trajetórias singulares e os marcadores identitários de crianças e adolescentes, transformando a sala de aula em um espaço potencial de coautoria. O conceito de gênero é alçado ao estatuto de categoria analítica crítica, operando como um dispositivo de equidade voltado ao desvelamento das desigualdades estruturais e ao combate às violências institucionais e interpessoais.

Todavia, o exame atento do silêncio textual revela contradições que merecem escrutínio. É sintomático e revelador que a expressão clássica "educação sexual" não emergja no documento analisado. Essa ausência deliberada sinaliza uma dupla possibilidade hermenêutica: se por um lado pode representar que um recuo tático frente a pressões e patrulhamentos ideológicos conservadores que estigmatizaram o termo no debate público, por outro, pode indicar a persistência de mecanismos sutis de controle sobre quais discursos e corpos podem ser formalmente enunciados. O apagamento da nomenclatura histórica e a pulverização dos seus conteúdos sob o manto da transversalidade ou da diversidade podem, paradoxalmente, atenuar a força política e a especificidade do combate às opressões sexuais.

Os apontamentos apresentados por Sartori (2022) acerca do apagamento da expressão e dos conteúdos relacionados à Educação Sexual na BNCC (BRASIL, 2017), articulados à descrição do cenário político brasileiro e à identificação de 2013 como um ponto de inflexão na ascensão do conservadorismo, conforme discutido por Giraldes (2024), podem

reforçar a hipótese de que o silenciamento da expressão clássica "Educação Sexual" no Currículo da Cidade constitua uma escolha de natureza ideológica. Entretanto, tal interpretação não deve ser tomada como conclusiva, uma vez que outros fatores precisam ser considerados na análise, inclusive aqueles relacionados aos processos de elaboração, revisão e organização técnica dos documentos curriculares. Nesse sentido, uma hipótese alternativa consiste em compreender esse silenciamento como resultado de uma escolha predominantemente técnica ou terminológica, vinculada às concepções pedagógicas e à organização interna do documento. Todavia, essa possibilidade suscita uma questão epistemológica e política relevante: em que medida escolhas denominadas técnicas podem, efetivamente, ser consideradas isentas de valores, disputas e vieses políticos? Assim, mais do que estabelecer uma relação causal imediata entre o contexto político e a ausência da expressão "Educação Sexual", torna-se necessário investigar as condições históricas, políticas, epistemológicas e técnicas que participaram da constituição do Currículo da Cidade, mantendo em aberto a tensão entre a hipótese do silenciamento ideológico e a possibilidade de uma opção técnico-curricular.

Essa hibridização que oscila entre a emancipação discursiva e o silenciamento institucional de termos específicos dialoga diretamente com as tecnologias de poder e os mecanismos de adestramento social. A necessidade do Estado de normatizar as vivências humanas, mesmo sob a égide da inclusão, reflete o caráter regulatório das instituições modernas. Ao codificar, fragmentar e selecionar o que entra ou não no texto oficial, o poder soberano continua a exercer sua função reguladora sobre os corpos dos sujeitos escolares. Sobre a minúcia desse controle e a fabricação de corpos submissos por meio das grades institucionais, Foucault assevera:

Esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar as "disciplinas". Muitos procedimentos disciplinares existiam há muito tempo: nos conventos, nos exércitos, nas oficinas também. Mas as disciplinas se tornaram no decorrer dos séculos XVII e XVIII fórmulas gerais de dominação (FOUCAULT, 2014, p. 131).

Sob a ótica foucaultiana, o ordenamento curricular, ao mesmo tempo em que abre clareiras para a afirmação das identidades plurais, corre o risco de funcionar como uma reatualização desse controle disciplinar. A ausência da expressão "educação sexual", combinada com a cuidadosa codificação do termo "gênero" em meio a amarras técnicas e prescritivas, pode indicador de um esforço do aparelho de Estado em disciplinar as condutas e neutralizar o potencial disruptivo dos corpos e dos desejos, transformando o debate da diversidade em uma competência a ser gerida, mensurada e normatizada. O documento, portanto, equilibra-se em uma corda bamba: institui avanços inegáveis rumo a uma pedagogia da escuta e da equidade, mas permanece atado às amarras regulatórias que visam a docilização e o monitoramento sutil das subjetividades que habitam o espaço escolar, pelo predomínio da prescrição, o que pode ser entendido como uma característica que tende a dificultar o potencial de falas e de escutas, essenciais para o desenvolvimento interdisciplinar e flexibilizador proposto pelas estratégias narrativas para a discussões de gênero e de sexualidade. .

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação minuciosa do Currículo da Cidade de São Paulo (2026) para o componente de Ciências Naturais permite concluir que o documento se estabelece como um território de disputa política e epistemológica latente. Longe de apresentar uma linearidade teórica, sua estrutura expõe o caráter ambivalente das políticas curriculares contemporâneas, divididas entre a necessidade de controle normativo estatal e a premência de abertura às demandas de justiça social, equidade de gênero e pluralidade cultural.

É imperioso destacar que o documento analisado, em sua dimensão estritamente conceitual, não chega a fundamentar de maneira sistemática ou profunda o aporte do Currículo Narrativo, tampouco avança explicitamente em direção às desconstruções propostas pelas teorias críticas de gênero e sexualidade, conforme as matrizes teóricas consolidadas por Goodson (2007) e Louro (2012). Há um silenciamento tático e conceitual que evita a radicalização do debate contra hegemônico. Contudo, a despeito dessa limitação teórica formal, o texto oficial engendra uma porosidade metodológica valiosa: ao salvaguardar as categorias de "vivências" e

"narrativas" nas franjas de suas diretrizes pedagógicas, ele sinaliza e chancela a horizontalização da comunicação no fazer cotidiano da escola.

Essa abertura viabiliza um ensino pautado no compartilhamento de experiências reais, onde o respeito à diversidade e às identidades dos sujeitos da educação encontra forte respaldo prático por meio do exercício e do desenvolvimento da escuta empática. Assim, mesmo sob as amarras do controle disciplinar e da docilização sutil diagnosticada pela crítica foucaultiana, o currículo abre clareiras para que professores e estudantes atuem como coautores do conhecimento.

O fechamento desta análise, portanto, não encerra o debate, mas convoca à continuidade da pesquisa sobre as práticas curriculares cotidianas. Sob o horizonte conceitual do Currículo Narrativo e das teorias críticas vigentes, emergem as seguintes interpelações para futuras investigações:

De que maneira a ausência de uma fundamentação teórica robusta sobre o Currículo Narrativo no texto oficial impacta a autonomia dos docentes da Rede Municipal de Ensino de São Paulo ao tentarem transformar as "vivências" dos estudantes em conteúdos legítimos de Ciências Naturais?

Em que medida a substituição de termos politizados, como "educação sexual", por eufemismos ou eixos transversais de "diversidade" amortece o potencial crítico das narrativas discentes e docentes no enfrentamento das violências de gênero e das discriminações baseadas na orientação sexual?

Como as práticas pedagógicas reais podem subverter os mecanismos de controle e regulação institucional do documento de 2026, utilizando a escuta empática e a horizontalização discursiva como ferramentas de resistência e emancipação dos corpos subalternizados no espaço escolar?

REFERÊNCIAS

- BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2016. FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: apresentação dos temas transversais, ética. Brasília: MEC/SEF, 1997. v. 8.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica . **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, MEC/SEB, 2017.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramallete. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

GIRALDES, Marcus. “A culpa é de junho de 2013? Os caminhos da alienação política e a ascensão da extrema direita no Brasil”. **Psicologia USP**, v. 35, 2024.

GOODSON, Ivor. Currículo, narrativa e o futuro social. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, 2007.

LARROSA BONDÍA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 19, p. 20-28, jan./abr. 2002.

LOURO, Guacira. Os estudos queer e a educação no Brasil: articulações, tensões, resistências. **Contemporânea**, v. 2, n. 2, jul./dez., 2012. Disponível em: <https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/87/52>. Acesso em 26 ago. 2026

MAIA, Marcos Felipe Gonçalves; CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. Currículo narrativo em gênero e sexualidade no ensino de Biologia no Brasil. **Linguagem, Educação e Sociedade**, Teresina, v. 28, n. 58, p. 1-23, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufpi.br/index.php/lingedusoc/article/view/5683>. Acesso em: 27 mar. 2026.

MATTOS, Amana Rocha. Discursos ultraconservadores e o truque da “ideologia de gênero”: gênero e sexualidades em disputa na educação. **Psicologia Política**, v. 18, n. 43, p. 573–586, set./dez. 2018. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000300009. Acesso em: 1 abr. 2026.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. **Currículo da Cidade**: Ensino Fundamental: Ciências Naturais. 2. ed. Documento para consulta pública. São Paulo: Secretaria Municipal de Educação, 2026. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1kC99zFDIA5opFrOLWHrCak0df0r4FH83/view>. Acesso em: 29 jun. 2026.

SARTORI, Thiago Luiz. Análise da educação brasileira em face ao estudo da sexualidade: marginalização da educação sexual na BNCC. DOXA: Revista Brasileira de Psicologia e Educação, 2022. disponível em : <https://periodicos.fclar.unesp.br/doxa/article/view/15558> . Acesso em 27 ago. 2026

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2017.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.



<https://doi.org/10.52078/g2yjnv63>



COORDENAÇÃO:

Prof. Dr. Manuel Francisco Neto
Profa. Ma. Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco
Profa. Esp. Vilma Maria da Silva

AUTORES(AS):

Alberto Praia Tchinhama	Joice Pereira Marques
António dos Reis Fançony	Katia Aparecida de Sousa Lima
Armando Kangolo Basílio	Lília Stevens de la Cruz
Augusto Hudson Simeão	Luciana Cardoso de Souza
Calunda dos Santos Jorge	Luís Venâncio
Carina Fardim Soares	Lusilene da Rocha Alves
Belkis Tomilson Garcia	Marcelo Cunha
Betsabé Pompa Abreu	Maria Angela Ferreira Oliveira
Chiquito Afonso Fernando	Maria Canga Álvaro
Domingos	Maria Elena dos Santos Silva
Cirlene Alves de Oliveira	Maria Madalena Sampaio Silva
Daniel Cordeiro	Mário Adelino Miranda Guedes
Daniel Marculino Muenho	Mário Jamba Artur
Denilson Genito Moisés dos Anjos	Mirella Clerici
Domingos Tchinhama Mangundu	Nayane Brito Veras Godinho
Edgar Francisco da Silva	Hermisdorf
Gonçalves	Ngombo Rodrigues Lucau
Elaine Santos do Nascimento	Panzo Manuel Bunga
Elizabeth Hama Francisco	Pedro Isaac
Esmael Joaquim Machado	Rafaela Gois Zirpolo
Eugénio Chicapa	Roseli Brito Tenório Ramos
Faustino Moma Tchipesse	Sabalo João Luanda
Fernando Leite Miranda	Suellen Vidal Araújo Da Silva
Gersiane Alves Pavão	Talita Torracca Vieira da Silva
Gouveia de Oliveira Ngunza da Silva	Tamara Garcia Calixto
Guilherme Mateus Moma	Tatiana Miranda Lima
Gustavo Bruno Wandaqueia	Teresa Francisca Nkhulwavo
António	Tomasa Miriam Tabares
Irma Cristina de Moraes	Valquiria Souza Cardoso
Chinhemba	Valter Joaquim Vidal
Jeam Rodrigo de Oliveira	Vidal António Machado
João Eduardo Quinsequei	Walter Albino António Sassoma

Indexadores:



Filiada à:



Produzida exclusivamente com utilização de softwares livres



Platform & workflow by
OJS / PKP

Parceiros:

